
Negócio de família: Onlyfans, trabalho sexual e pornificação do cotidiano¹

Henry Fragel²

Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ

RESUMO

A plataforma online Onlyfans ganhou destaque midiático, especialmente após o início da pandemia de covid-19, devido à alternativa que oferece a espaços de trabalho presenciais e demais economias digitais. Unindo a possibilidade técnica de publicação de conteúdo autoral audiovisual a certa permissividade em torno da nudez e do sexo explícito, tornou-se fonte de renda primária/adicional para trabalhadores sexuais, celebridades da indústria da música e do cinema, influenciadores digitais e pessoas que recusam vínculos com o trabalho sexual, intitulado-se modelos adultos. Partindo desse cenário, a pesquisa busca compreender lógicas morais e econômicas em conflito na venda de conteúdo sexual autopublicado, especialmente em relação à consolidação de uma indústria da intimidade e à expropriação do valor do trabalho sexual diante da informalidade e da ilicitude da atividade em diversos países.

PALAVRAS-CHAVE: trabalho sexual; plataforma; trabalho digital; midiaticização; Onlyfans.

Só para fãs

Onlyfans é uma plataforma online, fundada em 2016, com o propósito de conectar criadores de conteúdo digital e fãs; em decorrência da pandemia de covid-19, passou por um crescimento meteórico: de 7,5 milhões de usuários, no início de 2020, para 130 milhões, em agosto de 2021. Distingue-se das demais redes sociais por duas razões: a ausência de restrições à postagem de nudez parcial/total e sexo explícito – ainda que existam regulamentações acerca dos tipos de práticas circunscritas pelo domínio de permissividade da rede; e a presença de um paywall, ou seja, a ocultação dos perfis até que seja concordado o pagamento de uma taxa mensal de assinatura, que pode chegar até 50 dólares. Ainda, é possível demandar conteúdo extra e customizado por meio do pagamento de uma gorjeta de até 200 dólares.

O empresário britânico Tim Stokely lançou a Onlyfans em 2016, porém, seus esforços iniciais na exploração da relação entre criadores e consumidores de conteúdo digital datam de 2011. GlamWorship, o primeiro empreendimento do “rei do pornô

¹ Trabalho apresentado no GP Comunicação e Trabalho, XXII Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do 45º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Mestrando do Curso de Comunicação e Cultura da ECO-UFRJ e bolsista da CAPES, e-mail: henryfragel@gmail.com.

caseiro” – alcunha dada pela imprensa europeia e norte-americana – propunha-se a ser uma plataforma mediadora entre praticantes do fetiche de dominação financeira. Se o GlamWorship permitiu o desenvolvimento de uma visão de negócio baseada em uma lógica de negócio mais complexa, independente da gratificação imediata, o Customs4U, de 2013, e o 121With, de 2015, forneceram, respectivamente, a experiência necessária acerca da troca de conteúdo audiovisual customizado e expertise intangível por meio de tutoriais.

Com o aumento meteórico de inscrições no site após o início da pandemia de covid-19, foram realçados conflitos entre leis nacionais e riscos reputacionais de serviços bancários e a regulamentação da plataforma, o que resultou em diversas ações e tentativas de cerceamento de conteúdo sexual. Em 2021, foi anunciado que, no primeiro dia de outubro, as regras mudariam, de modo que o conteúdo explícito fosse banido, decisão que foi repensada após a mobilização de trabalhadores sexuais por meio da hashtag #SexWorkIsWork, replicada pelo perfil oficial da Onlyfans no Twitter. O que significa redefinir criticamente as fronteiras entre trabalho e sexo e como isso afeta os eixos moral e econômico que coproduzem subjetividades a partir de uma lógica neoliberal? Como a situação se relaciona com o panorama global de reformas que diminuem regulamentação das atividades trabalhistas e as proteções legais fornecidas aos trabalhadores, verificadas por Adascalitei e Morano (2016), desde 2008, em 110 países? O que se pode esperar de um futuro do trabalho no sexo - em que se desnaturalizem ritualizações de trabalho sexual mistificadas pelo amor romântico - e de um futuro do sexo no trabalho - transferido do campo da escolha afetiva e moral à produção social em redes orientadas pelo consumidor?

No intuito de compreender a imbricação entre transações econômicas e relações afetivas, o texto se destrincha em três eixos: a conceituação e contextualização de trabalho sexual; a midiaticização da sexualidade a partir do uso de dispositivos auto transmissores que permitem a exploração espetacular do corpo e da intimidade em uma economia digital regida por valores como customização e inovação, na qual o capital humano de um criador deve fomentar o investimento dos fãs por meio de uma performance da subjetividade desejável normativa em constante atualização; a sistematização da expropriação do trabalho sexual para fins empresariais e estatais simultânea à precarização e negação de garantias trabalhistas e reconhecimento social para trabalhadores sexuais. Por fim, serão sistematizadas uma série de considerações finais acerca do aprofundamento das três seções e apontadas as possibilidades de continuidade para a pesquisa.

Mercantilização do corpo

A seção a seguir busca compreender o contexto em que é forjada, no seio do modo de produção capitalista, a ideia de mercantilização do corpo a partir da agência individual, considerando a autopublicação e a monetarização de conteúdos eróticos por meio de plataformas digitais como parte de uma genealogia do trabalho sexual que remonta à prostituição e à pornografia.

A partir do século XVII, na Inglaterra, consolida-se a propriedade privada – e uma nova configuração de intimidade que com ela surge. Com suporte legal, o cercamento de terras comunais no campo promoveu a expropriação de comunidades que perpetuaram famílias por gerações sob regimes de trabalho servil em detrimento de uma burguesia agrária emergente. Wood (2001) nota que o tratamento de melhoramento dado às propriedades visando a competitividade, a rápida urbanização e a formação de um forte mercado interno foram propriedades específicas do capitalismo inglês, distinto, por exemplo, do absolutismo francês que se desenvolvia no mesmo período. Cabia aos trabalhadores rurais expulsos a migração, frequentemente para centros urbanos, onde seriam inseridos no regime de trabalho assalariado, que se diferencia dos meios tradicionais de subsistência pela inserção dos ofícios em um processo profissional, em que a venda da força de trabalho habilitada é mediada por uma economia monetarizada.

Nomear um preço para o trabalho foi especialmente difícil para as mulheres, que estavam habituadas a trabalhar com práticas de cura, contracepção e partos, ordenadas por motivações comunitárias. Nas cidades, o exercício desse tipo de conhecimento tornou-se restrito à formação universitária – exclusivamente masculina, cabendo às mulheres posições de menor qualificação associadas ao cuidado do paciente – e era cerceado pela Igreja Católica e seu tribunal da inquisição, que, desde o Concílio de Trento, aumentou a ênfase da dimensão sagrada do matrimônio e da concepção, perseguindo crenças e rituais populares concorrentes ao conhecimento oficial – a ginecologia, campo de saber que surgia com viés regulatório – ministrado pela instituição religiosa e seus aliados políticos. Como consequência dessa campanha difamatória, o trabalho de Federici (2019) sobre a perseguição religiosa às mulheres defende que estas não só tornaram-se párias sociais como eram alvo de desconfiança dos próprios parentes e parceiros, refletindo economicamente em atribuições salariais inferiores nas mesmas atividades executadas por homens. Este processo, descrito como “feminização da

pobreza” (FEDERICI, 2019, p. 37), é acompanhado por uma disciplina do corpo e do desejo feminino, que se alimenta estereótipos medievais e modernos acerca da fraqueza corporal, sugestividade e voluptuosidade das mulheres, que fornecerão o substrato ideológico para a feminilidade burguesa, a família nuclear e projetos eugenistas de reprodução humana.

Um dos motes simbólicos da demonização de práticas sexuais não reprodutivas foi a assimilação da figura da bruxa com a da prostituta. A prostituição era uma das poucas formas de ofício feminino exercido na esfera pública urbana ocidental. A prostituta podia ser considerada apenas uma mulher desvirtuada ou ainda enquadrada sob a alcunha de terceiro sexo, guarda-chuva científico para diversas práticas ditas como inversão sexual, dentre as quais se encontrava, por exemplo, a homossexualidade. Personagem privilegiado de uma literatura pornográfica nostálgica do erotismo da Antiguidade, como aponta Hunt (1999), a cortesã ou meretriz munia-se de artifícios para seduzir os homens, vendendo o sexo alienado do amor romântico – ainda argumentava-se que, de acordo com a pesquisa de Laqueur (1990) sobre o discurso médico medieval, o motivo de sua aparente esterilidade estava associado com a ausência desse afeto. Era um trabalho despido de valor produtivo, uma vez que não teve respaldo moral para uma exploração sistemática durante o desenvolvimento capitalista, e, por isso, um perigo da modernidade.

Assim, podemos chegar a uma definição de trabalho sexual baseada em três aspectos delineados por Federici (2013), a partir de um contexto feminista, marxista e operaísta: a domesticidade, a sexualização e a reprodução da força de trabalho. O aspecto reprodutivo é polissêmico: diz respeito à reprodução da força de trabalho masculina, sendo o sexo e o afeto necessidades comparáveis à alimentação, o sono e a higiene, e à reprodução do trabalhador como mercadoria capitalista, por meio da filiação. É um trabalho não remunerado, realizado por mulheres, centrado no ambiente privado, em nome de uma performatividade de ontologia feminina, quando não justificado como um voluntarismo fruto da solidariedade matrimonial. Esta feminilidade inata foi acompanhada pelo desenvolvimento de discursos médicos e psicológicos como a histerização da mulher, descrita por Laqueur (1990): determinados órgãos exclusivos da constituição física demarcada como feminina, como os ovários, eram responsáveis pela regulação de traços comportamentais. Weber (2004), ao descrever o tradicionalismo, critica as mulheres operárias por não conseguirem se desvincular de formas tradicionais de trabalho, em detrimento de formas ditas mais práticas.

Até o século XIX, de acordo com a argumentação de Macpherson (1970), o capitalismo inglês amadurece o individualismo possessivo como filosofia moral e econômica. Com o desenvolvimento de modelos científicos guiados por uma visão secular e antropocêntrica da realidade, que são apropriados das ciências físicas e aplicados às ciências sociais, promove-se a noção de sujeito atomizado, ou seja, dotado de qualidades inatas de caráter humano precedentes à formação social, o que sugere o lugar da coletividade como competitivo e dependente de uma regulação de ordem contratualista, a fim de proteger as liberdades individuais da barbárie desregrada. A nível coletivo, a colonização escravocrata e a série de conhecimentos antropológicos, biológicos, geográficos e médicos acumulados que permitiram a taxonomização do humano, ao qual a liberdade e a propriedade privada são promessas da natureza, e os Outros aos quais cabe a espoliação da força de trabalho e do livre arbítrio, tanto os colonizados como as mulheres e o exército industrial de reserva em crescimento. A nível subjetivo, a hierarquização de estados emocionais derivada da reapropriação do platonismo pelo humanismo, pelo solipsismo e pela cisão cartesiana e pela herança da medicina medieval, por meio da qual o domínio das emoções, análogo ao do corpo, é subjugado pelo domínio da razão, análogo à mente, a qual estabelece uma relação de propriedade em relação ao primeiro.

Assim, a condição mínima para o exercício da liberdade cada vez mais desloca-se da posse de terras e bens para a unidade comum e democrática do corpo e para a busca por auto satisfação, que, como descreve Sahlins (2007), deixa de ser o sinônimo de servidão pregado pela filosofia moral católica medieval. Esta noção de liberdade é demonstrada também no desejo afetivo-sexual, sobretudo quando investido de amor romântico, estritamente relacionado ao indivíduo. Retirado do domínio da convencionalidade social e dos vínculos legais, arranjo típico em diversas sociedades feudais e não ocidentais, o desejo é transferido para o domínio da espontaneidade e da necessidade, o que é descrito por Viveiros de Castro e Benzaquem de Araújo (1977) como a substituição de uma sociologia da aliança por uma psicologia do amor; relaciona-se, sobretudo, à capacidade de desafiar desígnios familiares e de demais contrastes contextuais em prol de uma determinação do próprio destino.

Entre os séculos XIX e XX, o status de pária social da prostituição passou por processos porosos de criminalização e regulamentação, junto a intoxicação pública, vagabundagem e demais práticas consideradas ameaçadoras e moralmente condenáveis,

em um contexto de sanitização e otimização não só das cidades, mas da genética e moral humanas. As prostitutas são absorvidas por estudos de criminologia, sendo consideradas portadoras de uma degeneração, ainda que sua existência seja explicada por meio de modelos de masculinidade e feminilidade matrimoniais, ou seja, monogâmicos, que já assimilam o homem à esfera pública e a mulher à esfera privada; o homem, à libido excessiva, e a mulher, à libido escassa – como Krafft-Ebing (1895) aponta em seu estudo pioneiro e obsoleto sobre anomalias psicosexuais. É interessante notar que a prostituta, assim como o homossexual, o escravizado, o selvagem, era o Outro do individualismo possessivo: corpos incapazes de autorregulação racional, cuja agência era justificadamente sobrepujada por saberes pedagógicos e terapêuticos. Entretanto, durante os séculos XIX e XX, a figura da prostituta é revestida de nova agência com a emergência do arquétipo da *femme fatale*, destrinchada em suas multiplicidades por Jaguaribe (2007), como alguém que utiliza-se de seus artifícios, de seu corpo de caráter híbrido que sintetiza o conflito entre natureza e fabricação, para seduzir seus parceiros em busca da realização de objetivos pessoais.

Da segunda metade do século XX em diante, é construído um discurso empreendedor baseado na autenticidade individual – ou seja, em uma reformulação da noção de vocação, que se apresenta em suportes externos como testes de aptidão –, na meritocracia – ou na teoria de oportunidades iguais –, no autoaprimoramento e na exposição ao risco. O discurso corporativo se apropria, inclusive, da divisão sexual do trabalho, uma vez que a presença feminina nesses ambientes é valorizada a partir das *soft skills*, ou inteligência emocional, um conjunto de características que integraria a ontologia da identidade da mulher e ajudaria a equilibrar o ambiente agressivo e competitivo estabelecido pelo domínio masculino.

Este trabalho, entretanto, é um pressuposto adicional ao trabalho doméstico, o que é frequentemente descrito, heroificado ou criticado como jornada dupla ou jornada tripla da mulher. A ênfase das reformas neoliberais dos anos 80 na transferência de responsabilidade do Estado para o indivíduo em âmbitos da vida como a educação e a saúde, respaldadas pelo Estado de bem-estar social, alimenta os papéis tradicionais femininos no núcleo familiar, como o cuidado de crianças e idosos, a assistência para gravidez na adolescência, o sustento de uma educação superior, etc. Ao passo em que o neoliberalismo flexiona as delimitações éticas e morais a fim de otimizar o lucro privado, um movimento contrário, de extrema moralização, localiza na família a célula social a ser

gerida como empresa, assegurando a hierarquia de autoridade e a disciplina, como observam Cooper (2017) e Brown (2019).

Nessa nova configuração capitalista, o mercado não identifica mais o local de troca de mercadorias ou encontro entre agentes livres regidos por uma mão invisível, mas sim “um processo regulado que utiliza motivações psicológicas e competências específicas. É um processo menos autorregulador (...) do que autocriador, capaz de se autogerar no tempo” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 193). Encarar o mercado como um processo subjetivo demanda, em primeira instância, reconhecer o corpo como matéria-prima: “o eu passa a se estruturar em torno do corpo (...), da imagem visível do que cada um é” (SIBILA, 2008). Produz-se um corpo economicamente viável para o trabalho, e, em uma economia marcada pela intangibilidade, pela compressão do espaço pelo tempo – rápida circulação de informações e recursos –, pela valorização de identidades sociais incorporadas e pela porosidade entre público e privado, expediente e lazer, vigília e sono, esse corpo só pode ser um “híbrido de máquina e organismo” (HARAWAY, 2009). Trabalhadores em devir-ciborgue que habitam fronteiras e são programados pela alteridade dos demais atores sociais.

Midiatização da sexualidade

Com o advento da web 2.0, que desenvolve o formato da plataforma como “modelo dominante de infraestrutura e economia da web” (HELMOND, 2016), é permitido que o usuário pratique a constante produção de versões de si por meio da autopublicação e dos fluxos entre as múltiplas audiências que se formam em torno de tópicos ou pessoas de interesse. Esta seção se dedicará a compreender os processos de plataformização do trabalho, midiatização da sexualidade e suas imbricações.

Baseadas em confiança, diversas formas de economias de multidão ganharam espaço nas plataformas online em decorrência da ausência de agentes intermediários opacos mediando as negociações; ainda que a plataforma seja esse componente turvo nas transações, sua atuação é dissimulada pela comunicação desintermediada entre usuários. A economia compartilhada, como é o caso de empresas como Uber, que encabeçaram a vanguarda das relações de trabalho plataformizadas, flexibiliza condições como expediente de trabalho, valor recebido e avaliação de desempenho. Apesar de suas particularidades, o mercado do trabalho sexual contemporâneo funciona de forma

semelhante a outras economias digitais: é marcado pela produção sob demanda, constante necessidade de inovação e criatividade a fim de satisfazer novas demandas e pela plataformização, aspectos descritos por Oliveira, Assis e Costa (2019).

Assim como a Uber não necessita de uma frota privada de carros e conecta motoristas a passageiros, a Onlyfans não necessita de funcionários e conecta corpos desejáveis, empreendedores, a fãs. Nesse contexto, qualquer léxico relativo à prostituição é abolido, tanto pelos usuários quanto pelo cerceamento dos próprios Termos de Serviço, que proíbem a promoção de prostituição ou serviços de acompanhamento. Até mesmo a associação a atores e atrizes pornográficos é evitada, ainda que não haja nenhuma forma de restrição quanto a este tipo de serviço. Categorias como modelo, performer e criador de conteúdo, que enfatizam o trabalho com a imagem, são priorizadas. Cada indivíduo é responsável por valorizar seu “capital humano” (DE MARCHI, 2018, p. 197), ou seja, otimizar o conjunto de atributos que possui, sejam habilidades físicas, intelectuais ou emocionais, de modo que fomente o investimento alheio em sua marca pessoal.

Simultaneamente a esse tipo de aplicativo, surgiram aplicativos de relacionamento, baseados no elencamento de uma série de atributos pessoais que seriam disponibilizados para avaliação pública, funcionando como uma vitrine virtual – como o aplicativo exclusivamente gay Grindr – ou como uma mediação de correspondências – como o amplamente bem sucedido Tinder. No caso do primeiro aplicativo, a lógica de decomposição de atributos corporais como altura, peso, atuação sexual e proximidade geográfica, e no caso do segundo, a identificação visual, o cruzamento de interesses mútuos, e, também, a localização, são utilizados como parâmetros de remanejamento de intenções afetivas e sexuais. O perfil sócio-sexual é avaliado, tal qual um perfil profissional, a fim de preencher os requisitos mínimos para engajamento em uma busca afetiva e sexual, que envolve uma série de rituais como deslocamento, encontro, feedback – que pode ser demonstrado negativamente por meio de bloqueios ou unmatches – pelos quais os riscos de envolvimento em uma possível relação – duradoura ou não, e em ambos os casos o conflito de expectativas é determinante para a obtenção de satisfação.

A mediação e a midiatização da sociabilidade sexual otimizam a remediação da solidão, sinal de fracasso na economia afetiva e sexual. Sobretudo, aplicam um ideal de eficiência aos relacionamentos interpessoais, evitando qualquer natureza de conflito por meio de uma série de estratégias de compatibilidade – que podem incluir astrologia e

testes de personalidade –, por meio das quais sugestões automatizadas induzem a interação.

Esse processo – que chamaremos de forma ampla de midiaticização da sexualidade, a partir da inspiração dada pelo conceito de midiaticização de Hjarvard (2013) – não se dá em função de aplicativos de relacionamento, ainda seja intensificado por eles. Aliada ao desenvolvimento de formas de propagação da informação, como a imprensa e a fotografia e à especialização de campos de saber normativo, a produção de discursos acerca da sexualidade humana e do caráter do indivíduo como sujeito de desejo foi crescente. A sexualidade, antes retida nos redutos da intimidade, da confissão e da terapia, passa a ser tópico de agendamento midiático, permitindo que diversas formas de expressão sexual possam ser conhecidas, avaliadas e contestadas pelo olhar público, ou mesmo, incorporadas pela cultura popular.

Para Foucault (1977), duas formas de gestão social das parcerias sexuais se sobrepõem na imagem familiar: o dispositivo de aliança, baseado na fixação de parentescos e na circulação de patrimônios, e o dispositivo de sexualidade, focado no controle dos fluxos de afeto e prazer e nos sutis potenciais corporais de produção e consumo. Ambas definem formas de disciplinar o corpo e o trabalho sexual que executa, proliferando informações sobre maneira correta ou da melhor forma de se fazer sexo, e também, acerca das formas proibidas e pervertidas. Os espaços midiáticos criados por novas tecnologias da informação e da comunicação tornam-se lugares privilegiados de aprendizado, confronto e normatização da sexualidade; Barss (2011) argumenta que o interesse na circulação de imagens sexuais foi essencial para a ampliação dos usos e popularização de novas tecnologias, ainda que, posteriormente, esses meios investissem em censura para viabilizar o acesso de mais grupos demográficos.

Preciado (2010) introduz o conceito de pornotopia, baseado na heterotopia foucaultiana: um lugar em que espaços incompatíveis se sobrepõem, produzindo brechas nas formas tradicionais de organização do poder e do conhecimento. Logo, as pornotopias são espaços em que o prazer e a experiência sexual fogem de normatizações relativas aos domínios do público e do privado, do real e do virtual. Bordéis, clubes de strip tease e mesmo banheiros públicos são alguns exemplos de pornotopias; porém, uma versão destacável da potencialidade erótica desses espaços é produzida por publicações que permitem o consumo de uma simulação midiática de intimidade, desde revistas eróticas a filmes pornográficos, e o ambiente cibernético tornou-se cada vez mais propenso a

abrigar esses ecossistemas. Esse consumo – que é também o consumo de uma estilização corporal normatizada como desejável e de um cotidiano sexualizado –, junto a novas formas de auto transmissão de longo alcance, redefiniu fronteiras de permissividade de compartilhamento de conteúdos eróticos. Salas de bate papo com acesso a webcam criaram uma forma de ocupação sexual online além do consumo audiovisual produzido por terceiros.

O acesso cada vez mais democrático a essas condições de auto transmissão possibilitam a conjuntura do sucesso de plataformas como Onlyfans; um regime plataformizado de trabalho sexual é sinônimo de dissolução das fronteiras entre público e privado, lazer e expediente e acentuamento das implicações mútuas entre sexo, relações de afeto e relações de poder. Simultaneamente à midiaticização da sexualidade, ocorre o processo de pornificação do cotidiano, descrito por Ryan (2019). É o processo pelo qual o imaginário sexual invade o cotidiano – por meio de arquétipos como “girl next door” (PRECIADO, 2010, p. 65), imagina-se a outra face de secretárias, encanadores, entregadores de pizza – e é reificado pela inserção da produção pornográfica em demais indústrias do entretenimento, por meio de canais privados e outros tipos de assinaturas em pacotes televisivos – licenciados para domicílios e hotéis –, sex shops e clubes de strip tease. Assim, uma complexa estrutura industrial e internacional do erotismo é subsidiária de uma série de companhias de tecnologia.

A dinâmica de monetização na Onlyfans é baseada no que Bonifacio, Hair e Whom (2021) chamam de mecenato digital: longe de acumular seguidores o suficiente, ou, quando o têm, adquirir valor reputacional para monetizar seu perfil em diversas plataformas de redes sociais mainstream, regidas por lógicas algorítmicas, a maneira mais prática de recompensar o constante trabalho criativo investido por essas microcelebridades é a presença do paywall; esse é o princípio básico do funcionamento da Onlyfans: três mil seguidores é pouco para uma rede social como o Instagram, porém, três mil seguidores pagando uma taxa mensal de 10 dólares, demandando conteúdo customizado pago por meio de gorjetas e ainda engajando em pesquisas internas de público que permitem o alinhamento máximo entre criador e seu público alvo, torna-se uma comunidade rentável.

O modelo é comparado ao crowdfunding; em ambos os casos, pretende-se converter o comportamento experimental e instantâneo da primeira assinatura em uma contribuição prolongada ao longo do tempo. Os corpos desejáveis – ou mesmo apenas

partes dele, de acordo com subculturas fetichistas como a podolatria – convertem-se em objetos compartilhados nessa economia plataformizada e a exploração de seus cotidianos, forma de obter informação: autoaprimoramento. É mutuamente produzida uma promessa de retorno: o criador de conteúdo passa a produzir cada vez mais, temendo perder o interesse dos fãs; os fãs, devido à intangibilidade do investimento que realizam, têm dificuldade em acessar expectativas realistas de satisfação.

A expropriação do trabalho sexual

A última seção do artigo expõe um panorama contemporâneo dos principais dilemas que são impostos aos trabalhadores sexuais por atores vinculados de alguma forma à plataforma, sejam os provedores de tecnologias de serviço bancários, os fãs ou Estados nacionais.

Existe um histórico de marginalização dos trabalhadores sexuais por serviços bancários; a plataforma Stripe, responsável pela mediação financeira na Onlyfans, apresenta uma regra contra a associação à promoção de pornografia e brinquedos sexuais; a contradição levava à exclusão de inúmeras contas de trabalhadores sexuais, ainda que não violassem os Termos de Serviço da Onlyfans. Além disso, quando os porta-vozes oficiais da Onlyfans e o CEO Tim Stokely anunciaram o banimento de conteúdo explícito – que logo foi revogado –, apontaram os provedores de pagamento e investidores como principais responsáveis pela pressão por uma plataforma livre para todos os públicos.

Um dos bancos apontados como obstáculo para a manutenção da atual situação da plataforma foi a empresa JP Morgan Chase, que, em 2014, encerrou uma série de contas de trabalhadores sexuais com certa proeminência online, além de, em adição a outros bancos, empecilhar a requisição de financiamentos e empréstimos em função da ocupação profissional. O banco se encontra na lista de doadores da campanha da congressista estadunidense Ann Wagner, republicana e conservadora cristã, responsável por assinar as leis FOSTA-SESTA (Allow States and Victims to Fight Online Sex Trafficking Act e Stop Enabling Sex Traffickers Act), aprovadas em 2018. O principal mote das leis é o cerceamento de conteúdo erótico online, a fim de prevenir o tráfico sexual e o abuso infantil.

A congressista, em agosto de 2021, submeteu uma carta ao departamento de justiça dos Estados Unidos, acusando falhas na verificação do conteúdo, argumento

sustentado pela organização sem fins lucrativos National Center on Sexual Exploitation, que alega que a plataforma explora pessoas vulneráveis, que crianças, devido ao isolamento, ficaram mais tempo conectadas à internet e que, desde 2018, a organização denuncia a presença de conteúdo infantil na plataforma. É interessante notar que a organização, anteriormente denominada Morality In Media, posicionava-se publicamente contra obscenidade, brinquedos sexuais, sex shops e a descriminalização do trabalho sexual e pornografia. A organização é acusada de manipular dados, contradizer estudos revisados por pares e fabricar acusações sem fundamento em nome do pânico moral.

Wagner também se posicionou publicamente contra a Onlyfans e o trabalho sexual online após uma reportagem da emissora britânica BBC, que revelou que adolescentes que tinham burlado o sistema de verificação de identidade da plataforma e comercializado conteúdo pessoal. Em 2020, algo semelhante aconteceu quando o jornal estadunidense New York Times divulgou que o site pornográfico Pornhub possuía cenas de abuso infantil em seu acervo. As empresas de cartão de crédito Visa e Mastercard imediatamente pararam de processar transações relativas aos conteúdos do site, que instaurou um sistema de verificação biométrica para permitir a postagem de vídeos. A Mastercard, desde então, atualizou as regras de processamento de pagamentos para sites com conteúdo sexualmente explícito, demandando provas de consentimento, idade e identificação das pessoas envolvidas nos materiais audiovisuais veiculados. A empresa recebeu um prêmio do National Center on Sexual Exploitation.

Onlyfans faz parte de uma série de investimentos de alto risco – chamados de ações do pecado, devido à falta de consenso ético-moral acerca de sua permissividade social –, que, assim como a grande maioria das produtoras de filmes pornográficos, redes de sex shop, fabricantes de bebidas alcólicas e cigarros, é possuída por uma empresa-mãe privada, a Fenix International. No momento em que a plataforma ameaçou banir o conteúdo sexualmente explícito em outubro de 2021, uma série de concorrentes se beneficiou da instantânea quebra de confiança na plataforma para promover serviços análogos.

Além disso, há uma multiplicidade de leis ao redor do mundo acerca da permissividade do trabalho sexual, seja ele presencial ou digital. Na África do Sul, por exemplo, a prostituição é criminalizada e a pornografia é restringida e censurada. Porém, desde o crescimento da rede durante a pandemia, inversamente proporcional aos demais setores afetados pelo distanciamento social, o governo do país criou um imposto de 15%

a cada transação de consumidores da Onlyfans. A medida, que buscava diminuir o déficit econômico do país, gerou revolta entre trabalhadores sexuais, que demandaram a descriminalização do trabalho sexual, sendo condenada também pela imprensa, como demonstra o texto de Mlambo (2021). Nesses termos, a plataformização do trabalho sexual reconhece seu estatuto de trabalho, o que é reivindicado por manifestos cânones do movimento internacional em defesa dos trabalhadores sexuais – como o indiano Sex Workers’ Manifesto, de 1998 –, uma vez que sistematiza a sua expropriação, porém, direitos e garantias trabalhistas permanecem indiscutidos.

Considerações finais

É fundamental, para o prosseguimento dessa pesquisa, postular que não se deve assumir um olhar maniqueísta sobre o fenômeno da plataformização do trabalho sexual: ao mesmo tempo em que oferece uma possibilidade alternativa à falta de conforto, segurança e garantia de remuneração que o trabalho sexual presencial não oferece, existem formas de perseguição virtual e existe expropriação de parte dos lucros do trabalho pela corporação que disponibiliza a plataforma. Também não deve ser ignorada a agência dos trabalhadores sexuais, uma vez que existem uma série de motivações que não podem ser resumidas simplesmente a coerção econômica, uma vez que existe respaldo social, cultural e filosófico para a mercantilização do corpo, assim como o voluntarismo do trabalho sexual mobilizado pelo afeto romântico em relacionamentos monogâmicos não deixa de ser um exercício de agência.

Destrinchada essa reflexão sobre o impacto moral da plataforma na sociabilidade digital do trabalho, abrem-se portas para novos questionamentos: qual o impacto da existência de dados materiais que rastreiam as flutuações da sexualidade humana segundo parâmetros quantitativos, ou, mais especificamente, o que significa saber quanto um usuário está disposto a pagar para visualizar um conteúdo específico, produzido por alguém de determinado gênero, com determinadas características físicas, intelectuais e emocionais? E o que é implicado pela exploração financeira da articulação entre desejo de compra e desejo erótico, dada a tradição de estratégias publicitárias baseadas em sexo e o acúmulo sem precedentes de dados vinculando ambas as informações?

Referências Bibliográficas

- ADASCALITEI, Dragos; MORANO, Clemente Pignatti. Drivers and effects of labour market reforms: evidence from a novel policy compendium. *Iza Journal Of Labor Policy*, [S.L.], v. 5, n. 1, p. 1-32, 11 ago. 2016. Walter de Gruyter GmbH. <http://dx.doi.org/10.1186/s40173-016-0071-z>.
- BARSS, Patchen. **The Erotic Engine**: how pornography has powered mass communication, from Gutenberg to Google. Toronto: Doubleday Canada, 2011.
- BBC NEWS. **OnlyFans**: adolescentes vendem vídeos íntimos em rede que permite comércio de ‘nudes’. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/geral-57284910>. Acesso em: 21 jul. 2021.
- BONIFACIO, Ross; HAIR, Lee; WOHN, Donghee Yvette. Beyond fans: the relational labor and communication practices of creators on patreon. *New Media & Society*, [S.L.], p. 146144482110279, 4 ago. 2021. SAGE Publications. <http://dx.doi.org/10.1177/14614448211027961>.
- BROWN, Wendy. **Nas ruínas do neoliberalismo**: a ascensão da política antidemocrática no ocidente. São Paulo: Politeia, 2019.
- CHAMBERS, Ellie. **JPMorgan Chase shuts down porn stars bank accounts**. 29 abr. 2014. Disponível em: <https://www.retailbankerinternational.com/news/jpmorgan-chase-shuts-down-porn-stars-bank-accounts-4254921/>
- COOPER, Melinda. **Family Values**: between neoliberalism and the new social conservatism. New York: Zone Books, 2017.
- DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016. 413 p.
- DAS, Shanti. **Meet the king of homemade porn**: a banker's son making millions. a banker's son making millions. 2020. Disponível em: <https://www.thetimes.co.uk/article/meet-the-king-of-homemade-porn-a-bankers-son-making-millions-z9vhq9c9s>. Acesso em: 29 set. 2021.
- DE MARCHI, Leonardo. Como os algoritmos do YouTube calculam valor? *Matrizes*, [S.L.], v. 12, n. 2, p. 193-215, 29 ago. 2018. Universidade de Sao Paulo, Agencia USP de Gestao da Informacao Academica (AGUIA). <http://dx.doi.org/10.11606/issn.1982-8160.v12i2p193-215>.
- FEDERICI, Silvia. **Revolución en punto cero**: trabajo doméstico, reproducción y luchas feministas. Villatuerta: Traficantes de Sueños, 2013.
- FEDERICI, Silvia. **Calibã e a bruxa**: mulheres, corpo e acumulação primitiva. São Paulo: Elefante, 2019.
- FIRST NATIONAL CONFERENCE OF SEX WORKERS IN INDIA. **Sex Workers’ Manifesto**. Disponível em: <https://www.nswp.org/sites/nswp.org/files/Sex%20Workers%20Manifesto%20-%20Meeting%20in%20India.pdf>. Acesso em: 21 jul. 2021.
- FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade I**: A vontade de saber. Rio de Janeiro: Graal, 1977.
- GLAMOUR. **Miss Bumbum vende água do próprio banho por quase R\$ 40 mil a um brasileiro**. Disponível em: <https://revistagramour.globo.com/Lifestyle/Must-Share/noticia/2021/05/miss-bumbum-vende-agua-do-proprio-banho-por-r-63-mil.html>. Acesso em: 21 jul. 2021.
- HARAWAY, Donna. Manifesto Ciborgue: Ciência, tecnologia e feminismo-socialista no final do século XX. In: TADEU, Tomaz (Org.). **Antropologia do ciborgue**: as vertigens do pós-humano. 2a ed.. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.
- HELMOND, Anne. A plataforma da web. In: OMENA, Janna Joceli. **Métodos Digitais**: teoria-prática-crítica. Lisboa: Icnova, 2019. p. 49-71.
- HJARVARD, Stig. **The Mediatization of culture and society**. Nova Iorque: Routledge, 2013.
- HUNT, Lynn. **A invenção da pornografia**: obscenidade e as origens da modernidade 1500-1800. São Paulo: Hedra, 1999.
- JAGUARIBE, Beatriz. **O choque do real**: estética, mídia e cultura. Rio de Janeiro: Rocco, 2007.
- KRAFFT-EBING, Richard Von. **Psychopathia sexualis**. Paris: Georges Carré Editeur, 1895.

- LAPOWSKY, Issie. **OnlyFans shows Visa and Mastercard are 'choke-points' of online speech.** 20 ago. 2021. Disponível em: <https://www.protocol.com/policy/onlyfans-visa-mastercard>
- LAQUEUR, Thomas W. **Making sex: body and gender from the greeks to freud.** Cambridge: Harvard University Press, 1990.
- LYON, Danika. **Why some businesses aren't allowed.** Disponível em: <https://stripe.com/blog/why-some-businesses-arent-allowed>. Acesso em: 21 jul. 2021.
- MACPHERSON, Crawford Brough. **La teoría política del individualismo posesivo de Hobbes a Locke.** Barcelona: Editorial Fontanella, 1970.
- MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos.** Trad. Jesus Raniere. São. Paulo: Boitempo, 2004.
- MLAMBO, Sihle. **'If you're taxing OnlyFans, decriminalise sex work', government told.** Disponível em: <https://www.iol.co.za/news/south-africa/gauteng/if-youre-taxing-onlyfans-decriminalise-sex-work-government-told-926d2e37-32fd-4fa5-90d0-b334c0eed914>. Acesso em: 21 jul. 2021.
- OLIVEIRA, Murilo Carvalho Sampaio; ASSIS, Anne Karolline Barbosa de; COSTA, Joelane Borges. O Direito do Trabalho (Des)Conectado das Plataformas Digitais. **Teoria Jurídica Contemporânea**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 4, p. 246-266, jul. 2019
- PRECIADO, Paul Beatriz. **Pornotopía: Arquitectura e sexualidade em 'Playboy' durante a guerra fria.** Barcelona: Anagrama, 2010
- PRESS RELEASE. **Congresswoman Ann Wagner Leads Bipartisan Coalition Calling for DOJ to Investigate OnlyFans for Child Exploitation.** 10 ago. 2021. Disponível em: <https://wagner.house.gov/media-center/press-releases/congresswoman-ann-wagner-leads-bipartisan-coalition-calling-for-doj-to>
- REDAÇÃO FINANÇAS. **Twitter lança Super Follow para todos usuários de iOS.** 01 nov. 2021. Disponível em: <https://br.noticias.yahoo.com/twitter-lanca-super-follow-para-todos-usuarios-de-i-os-201943745.html>
- RYAN, Hannah. **Museus de Viena lançam conta no OnlyFans para exibir obras de arte 'explícitas'.** 20 out. 2021. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/internacional/museus-de-viena-lancam-conta-onlyfans-para-exibir-obras-de-arte-explicitas/>
- RYAN, Paul. **Male sex work in the digital age: curated lives.** Maynooth: Palgrave McMillan, 2019.
- SAHLINS, Marshall. **Cultura na prática.** Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2007.
- SIBILA, Paula. **O show do eu: a intimidade como espetáculo.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.
- SHAW, Lucas. **OnlyFans Creates Its First App With a Twist: No Nudity, No Cost.** 15 ago. 2021. Disponível em: https://www.bloomberg.com/news/newsletters/2021-08-15/onlyfans-creates-its-first-app-with-a-twist-no-nudity-no-cost?utm_source=twitter&cmpid=socialflow-twitter-business&utm_campaign=socialflow-organic&utm_content=business&utm_medium=social
- VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo e BENZAQUEM DE ARAUJO, Ricardo. "Romeu e Julieta e a origem do Estado", In: VELHO, Gilberto. **Arte e Sociedade: ensaios de sociologia da arte.** Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1977, p. 130-169.
- WEBER, Max. O "espírito" do capitalismo. In: **A ética protestante e o espírito do capitalismo.** São Paulo: Cia das Letras, 2004.
- WOOD, Ellen. **A origem do capitalismo.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.